

## 10. O português do Brasil: padrão culto e popular

### **Culto versus popular: interpretações**

#### **Considerações iniciais**

O pensamento crítico sobre o português do Brasil, desde sua origem, com o texto do Visconde de Pedra Branca, em 1925-26, até mais de meados do século XX, fez-se sobre a diferença existente entre as variedades européia e brasileira. Do início até algum tempo depois da implantação dos cursos de lingüística no Brasil, na década de sessenta do século passado isso se justificava.

Inicialmente, houve a busca da identidade brasileira da língua portuguesa. Esse primeiro esforço deu-se alguns anos após a independência política, quando houve a tentativa de se encontrar uma denominação que diferenciasse a variante brasileira da européia: *dialeto brasileiro*, *língua brasileira*, *língua luso-bundo-guarani*. O confronto fundamentou-se, num primeiro momento, nas diferenças léxicas que, segundo argumentavam os críticos, eram decorrentes, de um lado, de influências mesológicas e, de outro, das contribuições de falantes aloglotas, índios e negros, ao português praticado no Brasil. Nesse primeiro momento, houve a tese da “castelhanização” do português do Brasil defendida primeiro pelo historiador Varnhagem (1847) e, mais tarde, retomada por Paranhos da Silva (1879-1880). A tônica do período foram as polêmicas lingüísticas e, dentre mais famosas, as de Alencar (1865 a 1875), contra vários “adversários” ilustres, dentre os quais Pinheiro Chagas, português, Antônio Henriques Leal, brasileiro do Maranhão, mas que morava em Lisboa, e Joaquim Nabuco. As manifestações de Alencar em defesa da língua eram nacionalistas: por meio de argumentos diversos (naturalistas, sociológicos, etnológicos), tentava, de um lado, defender a independência da língua praticada no Brasil, que denominou *dialeto*, *dialeto brasileiro*, *português americano*, e, de outro, defender seus próprios interesses, usos e criações lingüísticas, nos campos do léxico e da gramática e, ainda, da ortografia, que muitas vezes, modificou, criando regras próprias, usadas em seus romances. Esses foram aspectos duramente criticados por seus críticos.

Ainda no século XIX, nos últimos vinte anos, alguns críticos (literatos, gramáticos e filólogos), procediam a levantamentos, mais estendidos, por incluírem aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos, de características da variedade brasileira. José Veríssimo (1886), por exemplo, levantou características lexicais e gramaticais do português praticado na região Amazônica, tanto por falantes mestiços quanto por brancos, para mostrar a influência da língua indígena sobre a língua do conquistador. Sílvio Romero (1888), para discutir o estatuto da língua do Brasil, recorreu à literatura já produzida sobre a variante brasileira, e apresentou um resumo das características léxicas (listas de substantivos indígenas, africanos e “de formação mestiça”), fonético-fonológicas e gramaticais. As fontes de Sílvio Romero foram, principalmente: Batista Caetano (1880-81), Pacheco Jr. (1887) e Paranhos da Silva (1879). João Ribeiro (1889), para tratar da emancipação do “dialeto brasileiro”, fez uma análise da “linguagem que foi criação e produto do mestiçamento das raças e dos povos fundamentais”, tendo sempre em perspectiva, para confronto, o português europeu. Assim, partindo da fonologia, que, segundo explica, é o aspecto que mais distingue a linguagem popular da erudita ou escrita, percorre o léxico e a gramática.

A mudança de século alterou um pouco esse panorama. Estudiosos como Mário Barreto (1914) e Said Ali (1919), embora ainda mantivessem a perspectiva da comparação, ocupavam-se muito mais em descrever e explicar o funcionamento do português do Brasil a partir, então, das características que lhe eram inerentes. Sobre a colocação de pronomes átonos no Brasil, por exemplo, disse Said Ali:

No Brasil observa-se, como em Portugal, a construção quanto aos tempos compostos e quanto ao futuro (do presente e do pretérito), e, na linguagem literária, não se começa o discurso pelo pronome complemento. *Outro tanto não se dá com a regra de anteposição há pouco formulada, que pressupõe pronúncia lusitana nos pronomes, nas partículas e na frase em geral. As condições de pronúncia são outras no Brasil;* logo, essa regularidade não pode existir. A regularidade lusitana é correta em Portugal; a liberdade de colocação é correta no Brasil, conforme já sancionada na linguagem literária pelos escritores brasileiros. Ocioso seria querer um povo imitar o outro; e tanto custa ao brasileiro imitar o português, quanto é difícil a este acompanhar-nos a nós. O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutro só se conseguiria a poder de cultura em atmosfera artificial. (1950, p. 45) (Grifamos)

No meio do século, ainda, as discussões giram em torno das diferenças das duas variantes. Em 1950, Serafim da Silva Neto publicou sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, marco nos estudos de dialetologia brasileira e que visou a tratar, como ele mesmo disse, do “espinhoso problema da língua do Brasil”. Não obstante o valor da obra para a época, o autor partiu, também, do patamar do confronto e analisou a língua portuguesa do Brasil em face da europeia. Defendeu duas teses: a de que o português do Brasil seria conservador em relação ao de Portugal (a tese do conservadorismo: “(...) a pronúncia brasileira, em geral, repousa sobre um sistema fonético muito antigo e de aspecto urbano (o que vale dizer sem regionalismos)...”; e a de que o português do Brasil é uma língua de “notável unidade”, devido à “supremacia cultural dos lusos sobre os aloglotas”, como designa os índios e os negros: tese da unidade: “(...) embora, naturalmente, possamos agrupar os subdialetos, há imensa unidade no total dos falares brasileiros.” (op. cit.).

O trabalho de Silva Neto, embora importante no cenário filológico e dialetológico, ficou prejudicado por sua parcialidade ideológica, em favor do “elemento branco”, o que o leva rechaçar as influências indígena e africana na língua corrente culta do Brasil. Além disso, seu trabalho foi sempre pautado por premissas dialetológicas e, por isso, tratou mais intensamente dos aspectos léxicos e fônicos. Silva Neto (1986 [1957], p. 602) avalia que a situação da língua portuguesa no Brasil, na época em que vivia, era bem diferente daquela das primeiras fases (conforme sua divisão), diz ele: “há um profundo fosso entre os falares urbanos e os falares rurais. O quadro é variado, posto que estreita e intimamente entretecido”, como se pode conferir abaixo: (p. 602)

I – *um português normal* que tende, nas classes cultas e no ensino médio a um purismo conservador. O interesse pelos problemas práticos – a ambição de falar bem – tinha toda a razão de ser numa sociedade em começo de elaboração, numa sociedade em que, ao lado dos brancos de

toda categoria e instrução havia ainda o problema do escravo, que falava um Português deturpado. Falar e escrever bem, escrever à moda dos clássicos, tornava-se um meio de distinção e ascensão social, um sinal-marca de classe;

II- *uma linguagem familiar*, menos cuidada do que a língua padrão, e que se encontra no uso espontâneo de pessoas instruídas;

III- *uma linguagem vulgar*, usada pelas pessoas que vivem nas cidades, mas que não têm instrução e participam do grupo social menos bem dotado;

IV- finalmente um conjunto de *falares regionais-rurais*, caracterizados por certa uniformidade, posto que divirjam aqui e além: eles refletem unidade na diversidade e diversidade na unidade.

Hoje, essa proposta do autor está defasada. Primeiro, a distância entre os falares rurais e urbanos está muito menor em decorrência tanto da facilidade de contato interpessoal quanto da onipresença dos meios de comunicação. Além disso, somente 10% da população brasileira atual é rural, conforme mostram os dados do IBGE de 2000. Depois, a classificação dos falares (registros), assim como sua definição, não corresponde à da realidade atual. Não existe modernamente “um português normal”, mesmo o dos falantes mais cultos, pautado nas normas dos clássicos portugueses, como afirmou Silva Neto, embora se possa admitir a existência da distinção de classes (mais culta ou menos culta) baseada nos níveis de linguagem.

Ainda na década de cinquenta do século passado, no *Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, realizado em Salvador (1956), o francês, especialista em estudos da língua portuguesa, I. S. Révah, apresentou um trabalho, intitulado *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours*, em que faz minucioso relatório sobre as diferenças fonético-fonológicas das duas línguas, acentuando o *caráter conservador da variedade brasileira*, conforme a tese formulada por Silva Neto (e ainda hoje discutida). O autor se refere a uma *língua comum*, própria das pessoas de classes superiores da sociedade (o modelo tomado para estudo foi a do Rio de Janeiro) e um *falar popular*, tanto rural quanto urbano, morfossintaticamente simplificado por influência das línguas dos índios e dos negros. Entre esses pólos, diz o autor, há um *falar familiar* e o *falar das classes médias*, que se constituem como pontos entre as duas tendências extremas. Esse trabalho serviu de base para muitas discussões e testes sobre a tese conservadora.

Outro importante lingüista que se preocupou com a interpretação da língua praticada no Brasil, e com a proposição de uma política do idioma, foi Celso Cunha. Partindo da premissa de que, para estudar e compreender o português do Brasil, é necessário estudar a história da formação da sociedade brasileira, Cunha (1981, p. 21) explica que uma das causas da diversificação de nossa língua foi o fato de o Brasil ter permanecido, por quatro séculos, como um país rural, em que o interior e os centros mais desenvolvidos, as cidades, não se comunicavam. A língua, assim, diz Cunha, seguiu uma deriva *diversificadora*. De um lado, pela sempre crescente diversificação popular, devida à ausência ou baixa e não eficiente escolarização e, também, ao sempre deficiente ensino da língua. De outro, pelo abandono dos falantes no interior do país, a conservação de traços do português colonial, que, aos poucos foi deixando marcados, como arcaizantes, os falares rurais ou de cantões do país.

O maior problema da diversificação, todavia, conforme Cunha (op. cit., p. 20) afirma, é sociocultural. Seguindo idéia de Diego Catalán, o autor pondera que, em comunidades de contínuas mudanças, como a nossa, “a dialeção horizontal, geográfica, é de secundária importância, se comparada à dialeção vertical, sociocultural.”. E precisamente nesse ponto situa o problema da diversificação lingüística no Brasil. Por isso, o autor critica (1976, p. 23) as duas atitudes radicais em relação ao ensino e difusão da língua portuguesa: a *purista* de um lado e a *niilista*, de outro. A saída é o equilíbrio, mas para que isso seja alcançado, comenta Cunha (1981, p. 32):

Sem o conhecimento científico de nossa realidade lingüística – sem sabermos quais as normas que estão vivas e quais as que estão superadas – *continuaremos a entorpecer o ensino do idioma com uma inútil sobrecarga de fatos inoperantes e a retardar a incorporação à comunidade de plenitude produtiva desta imensa população de analfabetos* que, para desonra nossa, povoa ainda os oito milhões e meio de quilômetros quadrados deste país-continente. (Grifamos)

Desmitificando a tese da unidade e acentuando a da diversidade, Cunha chama a atenção para o problema interno da variedade brasileira: as diferenças entre a língua praticada por pessoas cultas, escolarizadas, em qualquer registro, e a praticada pela população analfabeta ou semi-escolarizada.

Assim como Cunha, Antônio Houaiss deteve-se na interpretação da língua portuguesa. Houaiss (1985) estudou o problema a partir da premissa da *unidade* (a língua portuguesa) *na diversidade* (realizações regionais, sociais e situacionais do português). A tese da *unidade na diversidade* foi, também, proposta por Silva Neto em 1950, mas sob diferente perspectiva. Para esse, havia unidade, isto é, homogeneidade, na língua portuguesa praticada pelas pessoas cultas do Brasil em relação ao português europeu; a diversidade, segundo seu ponto de vista, era relativa ao português estropeado da massa ignara do Brasil. Diferentemente, mas sob o ponto de vista da *unidade* e da *diversidade*, diz Houaiss, o Brasil e Portugal têm o português como uma *língua de cultura* que mantém a *unidade* entre as variantes, assim como essa é mantida internamente em cada país. O problema de quem faz a oposição entre as duas variantes é que a comparação, chama a atenção o autor, se faz a partir de um critério desproporcional entre os traços de similaridade e os de dissimilaridade entre as variedades; por isso, conclui-se serem ambas as variedades diferentes, a ponto de caracterizarem línguas diferentes, o que não corresponde à realidade. Tudo isso porque as análises, sublinha Houaiss, mostram as diferenças, nunca as semelhanças, isso faz criar o sentimento de que a diferença é muito maior que a semelhança, o que não é correto.

O autor trata, também, embora mais rapidamente, das prolapadas características *conservadoras* versus *inovadoras* do português no Brasil. Houaiss confirma essas características que, segundo entende, são aparentemente díspares. Disse ele: “de um lado houve características ‘arcaizantes’ que se intensificaram; de outro lado, traços inovadores que singularizaram o nordestino dentro da lusofonia.”.

Houaiss faz uma análise exaustiva sobre a situação, em geral, do português *no* Brasil. Comenta a situação dos instrumentos lingüísticos, especialmente a dos dicionários, precária na época, como afirma, e da educação brasileira, desde a chegada dos jesuítas, para concluir que a lusofonia, e não somente o português no Brasil, está em crise e que, portanto, é preciso que políticas *internas*, para cada um dos países

lusófonos, e *externas*, para a lusofonia como um todo, sejam adotadas eficientemente, para que todos possam usufruir de modo pleno das possibilidades da língua, em cada uma de suas variedades.

A ideologia da unidade (e unificação) do português mostra-se logo no título que escolheu para o livro em que tratou mais profundamente da questão: O português *no* Brasil, que vimos comentando. O efeito de sentido que a contração da preposição com o artigo *no*, e não *do*, cria, claramente, é o de que a língua portuguesa é uma só (em Portugal, no Brasil e alhures), realizada em diversos espaços. A contração *do* pode acentuar a diferença e obscurecer a unidade, já que a língua *de* um país pode ser distinta da *de* outro.

A lingüística brasileira conta hoje com as pesquisas de Silva (2004), que vem acumulando estudos sobre o *português brasileiro*, como prefere denominar. A tese da autora é a da existência de fatores sócio-históricos condicionantes da formação da variante brasileira do português. A partir desse patamar, Silva comenta as teses (ou mitos, como dissera Celso Cunha) da *unidade* e do *conservadorismo*, deixando em aberto a possibilidade de a tese da inovação ser mais adequada ao caráter do português brasileiro, embora afirme reconhecer a força da tese eurocêntrica conservadora. “Na heterogeneidade complexa e mestiça, o português brasileiro – diz a autora – é fruto renovado do português europeu, pela sua sócio-história passada e presente, fato que não podemos ignorar (...).”

Essa “heterogeneidade complexa” do português brasileiro tem fundamento em três origens: *lingüística*, na amálgama das línguas dos índios e dos negros; *sociocultural*, nas diferenças gritantes de formação dos falantes da língua, desde a época colonial; *política*, pelo eterno descaso das autoridades com a situação educacional do país. Silva (op. cit.) refere-se ao problema lingüístico brasileiro como um *continuum* dialetal, em que nos pólos estão as variantes *culta*, aquela das pessoas escolarizadas, e a *popular*, das pessoas não-escolarizadas de áreas rurais, mas não fala como essa continuidade se processa.

Sobre o confronto do português brasileiro com o europeu, a conclusão da autora é a de que as duas variedades são diferentes, embora mantenham intersecção a partir do padrão escrito formal. Já em relação à língua falada e à escrita informal, entende haver, conforme explica, entre as duas variedades, uma *mudança gramatical qualitativa*, isto é, são duas línguas diferentes, embora isso não seja claramente afirmado. Já quanto à variedade brasileira, internamente, em toda a sua complexidade, Silva afirma: “de um lado ao outro dos extremos referidos, incluindo-se aí também a escrita informal – há *variação de natureza quantitativa* no interior de uma mesma ‘gramática’, variação que pode ser distinguida por taxas, padrões de uso e por avaliações sociais diferenciadas.”

Conforme se percebe pela evolução do pensamento crítico sobre o português do Brasil, a constante é a referência à distância entre a variante culta e a variante popular. O fosso entre as duas variantes, contudo, faz parte de nossa história desde o momento da instalação dos colonizadores. Primeiro, a maioria dos falantes portugueses, de origem geográfica e sociocultural diversa, conforme dados de Silva Neto (1986, p. 584); segundo, o contato lingüístico com aloglotas, primeiro índios e depois negros; terceiro, a diminuição de falantes lusos e a ampliação de falantes mestiços, cuja linguagem foi (e é) resultado de toda a complexidade etnolingüística e social resultante do desenrolar da história do Brasil, desde que os portugueses aportaram na costa brasileira para dar início ao processo de colonização.

Apenas como registro histórico, mas não lingüístico, recorremos a Freire (1987 [1933], p. 333) para mostrar como a percepção da diversidade do português culto/popular, nas suas manifestações orais e escritas, sempre existiu. Disse o autor:

Embora tenha fracassado o esforço dos jesuítas, contribuiu entretanto para a disparidade, a que já nos aludimos, entre a língua escrita e a falada no Brasil: a escrita recusando-se, com escrúpulos de donzelona, ao mais leve contato com a falada; com a do povo; com a de uso corrente. Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma das casas-grandes; outra, das senzalas.

Na fala de Freire vemos três níveis de diferença lingüística: primeiro, a distinção língua escrita e língua falada; depois, dois níveis encaixados na modalidade falada. A falada mais prestigiada (cult?) da casa-grande, e a menos prestigiada (popular) das senzalas. A diferença de prestígio social, sim, é possível admitir sem restrições, mas a diferença culto/popular, tendo-se como parâmetro de avaliação a menor distância das realizações lingüísticas com a tradição, não é possível assegurar. A história mostra que a maioria dos próprios portugueses que para cá vieram não eram do mais alto nível cultural. Em relato de Veríssimo (1912, p. 14), por exemplo, vemos o seguinte:

Essa curta renascença geral e florescimento literário de Portugal não passou, porém, nem podia passar, à sua grande colônia americana. Se aquela interessava à massa da nação, que lhe assistia às manifestações e experimentava os efeitos, esta apenas tocava o círculo estreito que ali, como então em toda a Europa, advertia em poetas e literatos. *Roda de fidalgo, de cortesãos, de eclesiásticos, dos quais, justamente os mais cultos, raríssimos se iam a conquistas e empresas ultramarinas. O grosso dos que se nelas metiam eram da multidão ignara que constituía a maioria da nação, o “vulgo vil sem nome”* de que, com o seu desdém de fidalgo e letrado, fala o Camões, chefiados por barões apenas menos incultos do que eles. Nem o empenho que os cá trazia lhes consentia outras preocupações que as puramente materiais de a todo o transe assenhorearem a terra, lhe dominarem o gentio e aproveitarem a riqueza, exagerada pela sua mesma cobiça. (Grifamos)

Além disso a interação do português com índios e negros levou o português e seus descendentes a alterarem profundamente a sua linguagem. O que é perceptível pela descrição de Freire (ib.), que assim se refere ao português que se formava no Brasil:

Mães negras e mucamas, aliadas aos meninos e meninas, às moças brancas das casas-grandes, criaram um português diverso do hirto e gramatical que os jesuítas tentaram ensinar aos meninos índios e semi-brancos, alunos de seus colégios; do português reinol que os padres tiveram o sonho vão de conservar no Brasil.

Toledo ( 2003, p. 136), também, fundado no que sobre a língua disse Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras*, comenta a vida em São Paulo e deixa entrever a situação da língua portuguesa falada na cidade quando descreve:

São Paulo era a mais brasileira quando se entende por brasileiro algo diferente do português, um produto novo e híbrido, surgido ao impacto do encontro do europeu com o índio, do trigo com a mandioca, da arma de fogo

com o arco-e-flecha, ainda que, nesse enlace, uma das partes já estivesse escalada *a priori* para perder, e outra para ganhar, uma para sofrer, outra para gozar. Não apenas se dormia em redes, na vila primitiva. Também se morava em casas que, em grande parte dos casos não eram mais que adaptações da oca indígena. Comia-se comida de índio, usavam-se armas de índio *e até se falava a língua geral dos índios*. A rede de dormir, ou ‘rede carijó’, como às vezes era chamada, tão implantada estava nos hábitos da população, que só seria definitivamente suplantada pela cama no século XIX. *O tupi no qual se comunicavam índios e mamelucos, e que prevalecia mesmo em certas famílias da elite*, por influência da mamãe índia ou descendente de índio, só desapareceria da vila suplantado pelo português, em princípio do século XVIII. (Grifamos)

Assim, sentimos o impacto do contato lingüístico no Brasil e sua repercussão na formação da norma brasileira.

O trecho citado é longo, porém importante, mais pela descrição dos hábitos culturais dos paulistanos do século XVII (1620) e menos pela citação do fato da praticada *língua geral*, sobejamente conhecido, conforme Rodrigues (1986; 1996). Mesmo assim, válido para reafirmar que não apenas a linguagem das pessoas de camadas menos privilegiadas da sociedade passou por todo o processo de hibridização lingüística de que o português do Brasil é resultado.

À medida que a sociedade se transformava, como é natural, também a língua se modificava. Conforme afirma Fausto (1994), no fim do período colonial os brancos portugueses representavam no Brasil 30% da população (apud Silva, 2004, p. 75). A população já era, então, brasileira, mestiça, e o português, falado e escrito, marcado por todo o processo sócio-histórico pelo qual foi passando. Não obstante tudo isso, a língua continuava a mesma, embora modificada pela história. São, como Saramago diz “vidas diferentes em português”, outros discursos, outra visão de mundo. O que nos faz, nós, brasileiros, dizer de outro modo o mundo, embora na mesma língua.

Um exemplo da diminuição de brancos portugueses pode ser visto pela situação de São Paulo que, no final do século XIX, segundo o censo de 1893, da Repartição de Estatística e Arquivo, órgão do governo do estado de São Paulo, da população de 130.775 habitantes, 54,6% eram estrangeiros, contra 45,4% de brasileiros, sendo a maioria de estrangeiros de origem italiana, 35% do total. Os portugueses eram 11%. E o português se modificava sem cessar (Toledo, 2003, p. 475-6).

Outros testemunhos mostram que, mesmo nas classes altas, o português praticado no Brasil era bem diferente do de Portugal. Toledo (op. cit., p. 328), relata um episódio, passado em 1844, com o poeta Álvares de Azevedo que por essa ocasião fazia o curso jurídico em São Paulo. O poeta, porque era originário de família ilustre, tinha acesso e era freqüentador da casa da Marquesa de Santos, a essa altura casada com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Um dia, conta Azevedo em uma de suas cartas, que foi a uma festa na casa da família Xavier, onde estavam a condessa de Iguaçú, filha da Marquesa de Santos com D. Pedro I, e Belisária, uma moça linda da alta sociedade paulistana. No contexto de toda sua insatisfação com São Paulo, que o poeta detestava, pois achava tudo caipira na cidade, contou que as moças eram de uma ‘irresistível fealdade’ e que mesmo as bonitas, como Belisária, ‘a mais bonita, a estátua mais perfeita em tudo’, quando abria a boca dizia coisas como ‘*Nós não sabe dançar proquê...?*’.

O certo é que no Brasil a diferença culto / popular sempre se fez sentir. Hoje, a pensar na desigualdade social, na imensidão da população de baixa renda, que tem

acesso a uma escolarização de baixa qualidade, ou a nenhuma escolarização, é fácil concluir que os falantes da variedade popular são numericamente mais representativos que a média (língua comum) ou culta. Dado, contudo, à expansão dos meios de comunicação de massa, que atingem a quase totalidade da população - rádio, televisão e mais recentemente internet -, a variedade popular tem mudado de configuração, pela mais rápida assimilação de traços da linguagem corrente ou culta. Esse câmbio popular/culto, pela intercomunicação pessoal, pela circulação das pessoas por diversos grupos sociais (redes de comunicação), sempre foi motor do entrelaçamento de normas, embora em menor escala e alcance. Assim, se, de um lado, um falante menos escolarizado pode incorporar termos, torneios de frase e estratégias discursivas que ouve de falantes mais cultos e de maior prestígio social, de outro, o falante culto vai-se habituando às características da fala popular e, se não as incorpora, também não as rejeita de pronto, não se choca quando as ouve.

Embora, para muita gente que se considera falante culto, seja difícil de aceitar a presença de algumas (ou muitas) características da norma popular em sua linguagem, elas estão, sim, lá presentes. Não é difícil, por exemplo, em conversações espontâneas ouvirmos de falantes cultos alguma frase sem uma das marcas de plural no sintagma nominal, ou alguma pronúncia menos cuidada, por exemplo, economia do -s da desinência da primeira pessoa do plural das formas verbais (*vamo* por *vamos*), ou, o que é muito comum, uso de palavras oriundas do léxico de uso popular. O *a gente*, por exemplo, tão combatido até meados do século XX, como forma de tratamento, está, de há muito, incorporado à fala culta, tanto que Cunha e Cintra (1985) já o admitem como integrantes do colóquio normal brasileiro.

As normas *culta* e *popular* são, segundo a tradição, em linhas gerais, marcadas pelas seguintes características morfossintáticas, conforme levantamento de Preti (1994, p. 30):

DIALETO CULTO	DIALETO POPULAR
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ indicação precisa das marcas de gênero, número e pessoa;</li> <li>✓ uso de todas as pessoas verbais, com exceção, talvez, da 2ª do plural, relegada à linguagem dos sermões;</li> <li>✓ emprego de todos os modos verbais;</li> <li>✓ correlação verbal de tempos e modos;</li> <li>✓ coordenação e subordinação;</li> <li>✓ riqueza de construção sintática;</li> <li>✓ maior utilização da voz passiva;</li> <li>✓ largo emprego de preposições nas regências;</li> <li>✓ organização gramatical cuidada da frase;</li> <li>✓ variedade da construção da frase</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ economia nas marcas de gênero, número e pessoa;</li> <li>✓ redução das pessoas gramaticais do verbo;</li> <li>✓ mistura da 2ª com a 3ª pessoa no singular;</li> <li>✓ uso intenso da expressão <i>a gente</i>, em lugar de <i>eu</i> e <i>nós</i>;</li> <li>✓ redução dos tempos da conjugação verbal e de certas pessoas, como por exemplo, a perda quase total do futuro do presente e do pretérito, do mais-que-perfeito, no indicativo; do presente do subjuntivo; do infinitivo pessoal</li> <li>✓ falta de correlação verbal entre os tempos;</li> <li>✓ redução do processo subordinativo em benefício da frase simples e da</li> </ul>



	<p>coordenação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ maior emprego da voz ativa em lugar da passiva;</li> <li>✓ predomínio das regências diretas nos verbos;</li> <li>✓ simplificação gramatical da frase, emprego de “bordões” do tipo “então”, “ai” etc.</li> <li>✓ emprego dos pronomes pessoais retos como objetos.</li> </ul>
--	--

Tais características, hoje, talvez tenham vigência em certos gêneros escritos. Nos textos jornalísticos, principalmente no dos cronistas, por exemplo, essa rigidez normativa em relação à tradição não é mais atendida. Sem tratamento exaustivo, nem quantitativo, temos acompanhado o problema de dois modos: pela observação direta de ocorrências divergentes dessa tradição e pela reclamação dos leitores, sobre fatos de ruptura da tradição, manifestada por “cartas do leitor”, enviadas a jornais como *Folha de S. Paulo* e *Estadão*.

Só para exemplificar, tomemos o texto *Ruim com ela, pior sem ela*, de Eliane Cantanhêde, colunista da *Folha de S. Paulo*, de 11/05/2006. Na crônica, a autora comenta uma viagem aérea que fez dos EUA para o Brasil, em que voaria pela VARIG, mas que, pelos problemas da companhia, teve de voltar ao Brasil pela United Airlines. O texto representa uma apologia à companhia brasileira, em vias de extinção, e uma crítica ao atendimento prestado pela americana. Lingüisticamente, o que interessa comentar do texto é o cruzamento de características culto / popular, pela ruptura da tradição, situação que gera o que Preti (op. cit.) denomina *língua corrente*. Observem-se os trechos em que há, no campo da gramática, o cruzamento sintático de 2ª e 3ª pessoas, o uso alternativo de *nós* e *a gente*; no do léxico, metáforas populares, ou, se não, formas já desgastadas pelo uso:

Quem viaja aos EUA sente duas coisas: a Varig está numa decadência horrorosa, mas o que será de *nós*, brasileiros, sem a Varig?

(...)

E na volta? Jamais vi funcionários tão estúpidos como os da American Airlines, que *te* fazem sentir uma subpessoa, ou sub-raça. "Socorro! Cadê a Varig?". O pessoal da Varig é uma espécie de posto avançado de embaixadas e consulados, *quebrando galhos* incríveis a qualquer hora.

(...)

Isto aqui não é uma defesa do uso de dinheiro público (o meu, o *seu* e o de quem anda de ônibus, a pé ou descalço) para salvar empresas privadas. Pelo contrário. Sou contra.

(...)

A Varig nunca mais será a mesma, muitos funcionários e *vôos vão dançar*, mas tomara que a parte internacional, pelo menos, sobreviva. Até para que *a gente* se livre da prepotência -racismo?- de companhias como a American. Vade retro.

O texto é somente um caso, uma pequena amostra que serve para exemplificar que esse é, quanto à variedade culta, uma possibilidade de realização do “*português normal*” no Brasil, situação muito diferente daquela sugerida por Serafim da Silva Neto, antes citado, que entendia ser essa uma variedade homogênea e monolítica.

Para a língua falada, então, esse quadro é ainda mais diferente no que concerne à variedade culta. Em primeiro lugar, porque a fala apresenta características que lhe são típicas, tanto em relação à estrutura do texto quanto a seu modo de organização lingüística. Relativamente ao primeiro, o texto se estrutura por meio de turnos e tópicos, diferentemente da escrita que se organiza por parágrafos, períodos e orações. Quanto ao segundo, a organização do enunciado lingüístico tem lógica diferente daquela do texto escrito por vários motivos, sendo alguns dos principais as condições e o meio de produção de um e outro que, em decorrência de o planejamento ser paralelo à produção, há elementos típicos da oralidade (pausas preenchidas ou não, marcadores da conversação etc.). Em segundo lugar, porque, segundo Preti (1999, p.33), conforme pesquisa realizada a respeito do discurso oral culto, os falantes cultos “até em situação de gravação consciente revelaram uma linguagem que é, em geral, também pertencente a falantes comuns”, ou seja, os de normas mais distantes da tradição letrada.

A pesquisa de Preti (1999, p. 25), realizada a partir do *corpus* do Projeto NURC/SP, revelou a existência de uma *linguagem urbana comum*, caracterizada por marcas de linguagem culta e também de linguagem popular. Tanto que, embora raramente, aparecem ocorrências típicas da linguagem de usuários de baixa escolaridade, como é o caso do exemplo “*enquanto não chegou naquilo é deixado os nego atuarem à vontade*”, do Inq. 343, em que os informantes são dois irmãos, uma psicóloga e um engenheiro, da 1ª faixa etária (25 a 35 anos). O resultado da referida pesquisa indicou que o discurso oral apresenta as seguintes **marcas**:

1. vocabulário mais amplo, de menor uso na linguagem comum e mais preciso em sua significação;
2. estruturas que lembram as normas da gramática tradicional, remetendo, portanto, à formação escolar do falante;
3. gírias e vocábulos de intensificação expressiva, de efeito hiperbólico;
4. mistura de tratamentos gramaticais tu /você;
5. formas irregulares do futuro do subjuntivo confundidas com o infinitivo;
6. formas onomatopaicas;
7. italianismos da linguagem ítalo-brasileira de São Paulo, típico marcador conversacional, ainda muito em uso em certos contextos falados (...não sei o que trará... **pega** e mandam...);
8. discordâncias entre verbos e sujeitos pospostos;
9. regências de verbo de movimento com preposição *em*.

Vale lembrar que essas características foram levantadas a partir de pesquisas feitas sobre a linguagem culta paulistana, de falantes que estavam em situação de relativa formalidade, porque travavam um diálogo cujo tema geral era previamente determinado e, também, porque tinham conhecimento da gravação e de seus propósitos.

Resultados e pesquisas sociolinguísticas de outras localidades brasileiras têm confirmado esses dados.

### 1. Português culto e popular: entrelaçamentos

Sem a pretensão de apresentar pesquisa exaustiva nem dados conclusivos, comentaremos aspectos de um estudo que vimos realizando sobre o português popular falado por pessoas das mais baixas camadas sociais, sob o ponto de vista da cultura formal, letrada.

Nos últimos anos, a crescente inserção, nos noticiários, de falas de bandidos, adultos, adolescentes e crianças, chamaram nossa atenção sobre a especificidade daquele discurso e sua representação no quadro do falar popular do Brasil. Alguns traços observados naquelas inserções foram, de um lado, a coerência discursivo-textual das falas dos bandidos em defesa de seus interesses, de suas idéias de seu modo de vida; de outro, sob o ponto de vista da tradição cultural letrada, a precária estruturação lingüístico-gramatical dos enunciados. Ainda mais, sob o ponto de vista léxico-semântico, as escolhas, seja de palavras chulas e de palavrões, seja de palavras de circulação corrente e comum, não encontravam maiores problemas naquele discurso. O destaque, a grande marca dessa norma, parecia residir nos campos da fonologia-fonética e das simplificações de concordância nominal e verbal. Além disso, a heterogeneidade culto/popular também levantou nossa curiosidade.

Instigada por essas hipóteses, procuramos recolher *corpus* que servisse à investigação. O trabalho consistiu da busca de entrevistas cedidas por essa categoria de informante e, também, por moradores de favelas que têm contato com a vida dos criminosos, mas são pessoas honestas e trabalhadoras. Dos documentários *Notícias de uma guerra particular* (1998-99, 56 minutos), de Katia Lund e João Moreira Salles, e *Santa Marta: duas semanas no morro* (1987, 54 minutos), de Eduardo Coutinho, obtivemos material de pesquisa (entrevistas e depoimentos), tanto de bandidos como de moradores da favela.

Integram o documentário *Notícias de uma guerra particular*, em DVD à parte (disco 2) algumas entrevistas com policiais, delegado, bandidos e um escritor, Paulo Lins, autor da obra *Cidade de Deus*, que foi adaptada para o cinema. Dentre essas, selecionamos três entrevistas, na íntegra, de dois bandidos e um ex-bandido, hoje morador do morro. Do filme do documentário, selecionamos trechos de depoimentos de moradores sobre a vida do crime e a vida no morro (Rio de Janeiro).

As entrevistas são as seguintes:

Nome	Qualificação
(Guerra1) Adriano [Paulo]	Bandido, 21 anos, analfabeto. Entrevista de 21 minutos, concedida em 1997. Morto em 1999.
(Guerra2) José Carlos Gregório (Gordo)	Bandido, 46 anos, alfabetizado. Entrevista de 27 minutos, concedida em junho de 1997. Morto em 1999.
(Guerra3) Adão Kalembarandã	Morador do morro, ex-bandido, 51 anos. Nível de escolarização ignorado. Entrevista de 18 minutos.

Do filme do documentário *Santa Marta: duas semanas no morro*, selecionamos alguns depoimentos, dentre os quais o de uma senhora de 70 anos (St. Marta1) aproximadamente, e de um ex-travesti (St. Marta2).

Outra fonte de pesquisa são as entrevistas que integram o livro *Falcão: meninos do tráfico*, de autoria de MV Bill, rapper, e Celso Athayde, produtor de Hip Hop, co-produtores do DVD que tem o mesmo título do livro (2006). O documentário foi pré-apresentado pela Rede Globo de televisão, pelo programa dominical Fantástico, e o trecho apresentado ficou algum tempo à disposição do público no site da rede.

O livro traz, além dos relatos e comentários dos autores, muitas transcrições, na íntegra, das entrevistas feitas com os bandidos (menores ou não). A transcrição segue, em geral, pelo que se pode observar, as normas ortográficas no tangente à pontuação e grafia das palavras, mas procura ser fiel à pronúncia e à sintaxe dos enunciados dos entrevistados no que diz respeito a tudo o que marca a fala dos entrevistados. Assim, as discordâncias gramaticais e a pronúncia de algumas palavras (*bicicreta*, *mermo*) são registradas. Nesse caso, não é possível perceber, porque a transcrição não marcou, casos de apagamentos do *-r* final dos infinitivos, a neutralização *-e / -i* e outros fenômenos mais, ou tão sutis quanto esses. Os entrevistados não são identificados por nomes, mas por função no crime, ou por uma particularidade da roupa, cor ou tipo de vestimenta, ou, ainda, por um designativo qualquer: um apelido, um hiperônimo como *cara* etc.

As entrevistas selecionadas para a investigação são as seguintes:

Título da entrevista - Entrevistador	Descrição - Entrevistado
(Falcão1) <i>Pó de dez</i> (Celso Athayde)	Boca de tráfico em morro do Rio de Janeiro. Entrevistado adolescente mais velho, casado, alfabetizado.
(Falcão 2) <i>Até quando eu não sei</i> (Celso Athayde)	Boca de tráfico em morro do Rio de Janeiro. Entrevistado adulto de 22 anos. Nível de escolaridade não declarado.
(Falcão 3) <i>A primeira vez que eu rodei</i> (MV Bill)	Rogerinho. Sem informações sobre o entrevistado e o local da entrevista; pelo contexto, vê-se que é na boca do tráfico. Nível de escolaridade não declarado.
(Falcão 4) <i>Os terroristas</i> (Celso Athayde)	Entrevista tomada às duas horas da manhã, em um pátio de uma igreja, no alto do morro. São seis menores, identificados como <b>Menor</b> e <b>Menor 2, 3, 4 e 5</b> , além de um identificado como <b>Mais velho</b> . Entrevistados analfabetos.
(Falcão 5) <i>Vivendo a vida</i> (MV Bill)	Entrevista com um Falcão de Foltaleza. Esse é um informante adolescente (idade não definida) mais velho, que já tem um filho. Informante alfabetizado.
(Falcão 6) <i>A vida imita a arte que imita a vida</i> (Celso Athayde)	Entrevista com um menor apelidado, pelo entrevistador, <b>Vampetinha</b> , que cursa a 5 <sup>a</sup> série do fundamental. A entrevista se passa primeiro no morro, perto da boca, e, depois, no CIEP, onde algumas crianças brincam de polícia e ladrão, imitando a invasão policial no morro.
(Falcão 7) <i>Partida de futebol</i> (MV Bill)	Entrevista realizada em um barraco,

	durante a “endolação” (preparação de papalotes de droga), enquanto os Falcões assistiam a uma partida de futebol pela TV. São dois informantes mais velhos (já têm filhos), identificados pelas cores das camisas (verde e branco). Informante de verde faz 2º ano do nível médio; informante de branco é analfabeto.
(Falcão 8) <i>Um péssimo bom exemplo</i> (MV Bill)	Entrevista concedida por um amigo de infância de Bill, da <i>Cidade de Deus</i> , onde ambos moram. Betinho é um ex-bandido, hoje paralítico, vendedor ambulante de balas em sinais de trânsito. Informante alfabetizado que declara ter feito vários cursos.

## 2. Marcas do discurso popular

Analisar, classificar e interpretar as variedades lingüísticas é tarefa que exige do analista um ponto de partida teórico e um parâmetro para avaliação e julgamento dos dados. A própria qualificação da variedade - popular, culta – implica uma tomada de posição, afinal, diz-se *popular* em relação com que outra? *culta* em relação com que outra? Por que denominar uma e outra como *popular* e *culta*?

Nas sociedades letradas, o conhecimento produzido pelo labor intelectual humano é registrado por escrito, o que produz uma acumulação de cultura em todos os domínios, e forma uma *tradição*. No campo da língua, a tradição era, até pouco tempo, somente associada ao registro do que foi produzido pela literatura, considerada “de ponta”, escrita por autores tidos como grandes e bons escritores. Hoje, a situação mudou um pouco, porque esse quadro ficou ampliado pelo prestígio sociolingüístico da linguagem jornalística, que vem sendo tomada como padrão, como modelo de linguagem culta. A sistematização das regras gerais seguidas nesse tipo de texto, literário e jornalístico, então, enquadra o que se concebe por linguagem culta. Tudo o que escapa, sem intenções artísticas, a esse padrão, é considerado, em níveis variados, como linguagem popular.

Essa situação só pode ser *teoricamente* admitida. Na realidade, as duas variantes se entrelaçam, não há homogeneidade na língua. Assim como a linguagem culta vai-se beneficiando de aspectos da linguagem popular e, aos poucos, vai-se modificando e modelando, o que Preti (1994) denominou *língua comum*, a linguagem popular é beneficiária das contribuições da linguagem culta. Isso tem duas explicações, uma é o fato de os falantes interagirem, seja pessoalmente, em diversas situações sociais em que se forma uma espécie de rede de comunicação, quando falantes, ao desempenharem seus papéis sociais, se encontram e conversam; outra, talvez mais forte pela abrangência que tem, é a influência dos meios de comunicação de massa, a televisão e o rádio que, em quase totalidade da programação, divulga a norma culta. Exemplo disso é a comunidade profissional, da qual fazem parte tanto pessoas altamente instruídas (presidentes de empresas, gerentes, diretores, chefes em geral etc.), medianamente

instruídas (contínuos, atendentes, secretárias etc.) e de baixa ou quase nenhuma instrução (serventes, pessoal de limpeza). As pessoas que não possuem nenhuma instrução escolar, em geral, ficam à margem do mercado de trabalho formal. Quando muito, trabalham em serviços domésticos, para os quais o nível de instrução não é critério de admissão, em geral, mas essa situação tem-se modificado nos grandes centros urbanos.

A variedade popular é marcada por alguns aspectos lingüísticos que “saltam aos ouvidos”. Em primeiro lugar, são os fonológicos e fonéticos que denunciam o nível cultural do falante. Nesse aspecto, exploraremos mais as entrevistas do documentário *Notícias de uma guerra particular*, porque temos o áudio. As transcrições de *Falcão: meninos do tráfico* não marcam pormenores de pronúncia, mas é fiel no registro da realização de concordâncias, nominais e verbais, e da pronúncia das palavras (não marcam, por exemplo, a queda dos erres finais, nem a neutralização e assimilação de vogais, no interior ou no final das palavras). A pronúncia das palavras é reproduzida, por exemplo, *marabarismo*, *mermo* etc. A seguir, passaremos a exemplificar alguns desses aspectos:

### I. Aspectos fonético-fonológicos

#### 1. Eliminação de fonemas finais: -s; -r; -m; -l

(St. Marta2)

E2: tá tudo em ordem?

J: não tá tudo em *orde* mais dá pra receber alguém né?

(Guerra1)

A.: (...) depois de ter tirado 7 anos de cadeia c’uma condenação de 13 num pude *ganhá* minha liberdade que era semi-aberta e nem a condicional só pude *ganhá* minha liberdade através de mim mesmo que foi conquistano ca ajuda de Deus que foi fugino novamente...

(Guerra2)

J.C.: meu crime foi... eh... receptação de arma militar né? do exército... assalto a banco... furto de *automóve*... por aí afora né? assalto e furto né?

#### 2. Redução de grupos consonantais: -ndo; -pr; -tr; e vocálicos: -ei; -ou.

(Guerra1)

A.: pela *tercera* veiz... fiquei mais 1 meis e poco em liberdade só:: fui preso de novo em *outo* artigo 157 inu pa cadeia *passanu* pel’aquele sofrimento tudu de novo aonde qui tirei mais dois ano e pouco de prisão né?

#### 3. Epêntese de -i em sílabas -es; -ez; -as;-az; -ós

(Guerra1)

A.: olha:: muita dos *às vezes* falece um morador no morro e o enterro queim *fais é nós* porque *às veize*:: as próprias pessoa das família (...)

#### 4. Troca de grupos consonantais cl- por cr-; bl- por br

Em geral, o falante que faz essas trocas as emprega sistematicamente. O informante do Falcão8, Betinho, por exemplo, é um homem que estudou e tem o nível de linguagem, internamente à norma popular, médio, mas não consegue realizar, pelo que mostra a transcrição, esses grupos. Adriano, por sua vez, faz muitas variações em torno de outras características da fala popular, mas, nesse caso, não apresenta variação:

(Guerra1)

E: então... quais... que tipo de profissões têm as pessoas que compram a droga?

A: ah:: muitas dela é pessoas de bem... é... eles vem da *crasse* pobre da *crasse* média da *crasse* alta... é relativo... mais a maioria deles tudo da *crasse* alta né?

(...)

A: as veiz também num tem aquela mentalidade que as veiz no caso EU TENho então se eu deixar por conta deles às veiz também acontece muitos *pobrema*

(Falcão8)

Bill: O que é o crime para você?

Betinho: Na minha época, eu entrei para o crime porque eu passei muita fome, muita necessidade. O crime realizou muito sonho meu. Quando eu era moleque, eu queria ter uma *bicicreta*, queria botar uma roupa da moda, eu queria passar o natal com a minha família, com a mesa cheia de coisa. Então o crime facilita isso. Traz *pobrema*. Então por causa de quê eu falo? (...)

Mas, como comentamos, algumas características não são de uso sistemático para esses falantes, que muitas vezes variam suas escolhas entre a forma tradicional e outras, alternativas, no mesmo contexto. Adriano, por exemplo, tanto usa a forma tradicional *às vezes*, como *às veize*, ou *às veizes*, ou *às veiz*. O mesmo acontece com referência à denominação do dinheiro, que tanto ele usa o plural *reais*, como o singular pelo plural *reau*:

A: (...) que tem condições de gastá o pobre não tem condições de gastá *mil reais* ali cheirando cocaína porque o filho dele vai passar fome no outo dia... agora o rico gasta e... e não vai fazer falta (...)

A: ah:: é aquele pá... é aquele negócio... a cocaína ela é comprada como se fosse um investimento né? ninguém hoje em dia joga pra perdê... se eu comprá um relógio ali por *cem reau* (...)

De modo sistemático, invariável na fala de Adriano, percebe-se a realização *-no* para os gerúndios e a redução do grupo *-pr*, na forma *pra* realizada *pá*, recorrentes na

fala de analfabetos como a desse entrevistado. Na fala de quem tem qualquer nível de escolarização, a regra é a variação.

Os falantes cariocas alternam a realização do –s medial chiante /-s/ com um –s aspirado /-r/, como em *mesmo*, realizado [mermo], ou em vocábulos fonológicos como *das' madame*, realizado [dar'madames], ou em *meu irmão*, realizado [me<sup>u</sup>rmão].

(Falcão4)

Celso: Você usa droga?

Menor3: Uso maconha. Só maconha *mermo*. Veneno, pô, só o veneno na maconha *mermo*. Nada de nariz.

(Guerra1)

A: minha mãe como eu falei né? antes que ela morava ness/nesse local aqui... ela:: sustentava nós com a ajuda dos outros moradores com a ajuda *dar'madames* que ela pedia as coisas na rua...

Alguns traços sentidos como populares não são exclusivos dessa norma. Teyssier (2001 [1980]), por exemplo, diz, ao descrever a pronúncia brasileira em geral: “A pronúncia chiante do –s e –z em final de palavras provoca, não raro, o aparecimento de um iode; ex.: atrás, luz, pés, pronunciados como [atrays], [luys], [peys].”, como se verifica, também na fala popular. O autor não se referiu à pronúncia sibilante do –s, porque trabalhava com a variedade carioca como modelo do português do Brasil, mas essa também provoca o mesmo fenômeno, o aparecimento do iode referido.

## II. Aspectos morfossintáticos

As marcas mais fortes da norma popular, quanto à sintaxe, são as concordâncias nominal e verbal segundo regras diferentes da tradicional e a redução do paradigma verbal. Esses traços, contudo, não são sistemáticos, porque os falantes, uns mais e outros menos, a depender do nível de escolaridade, ora fazem os plurais nominais e verbais e ora não os fazem. Vejamos alguns exemplos:

### 1. Economia de marcas de plural no sintagma nominal

(Falcão1)

Celso: Qual é sua função?

Cara: Eu fico na contenção do vapor, entendeu? O vapor traficando e eu na contenção deles. Se *os home* brotar ali, eu solto fogos, corro, e eles se escondem (mostra como são os fogos). Isso... aqui... são dois. Se um falhar, solto outro. Ou então se soltar esse aqui e esse aqui explodir, já não vai explodir na minha mão, já tem aqui pra segurar.

(...)

Celso: E a polícia?

Cara: Eles são *safado*. (...)

Esse informante, alfabetizado, tem um nível de linguagem médio, que revela a escolarização por que passou. Realiza muitos plurais nominais e verbais, mas também não os realiza em algumas oportunidades. Sistemática é a referência à polícia como “os



*home*” e aos traficantes de facções amigas, denominados “*os amigo*”, o que é regra para todos, já que é uma denominação e, como todas (*os cana, os fiel, os puliça*), segue a regra *determinante plural + nome singular*.

Outro informante, não escolarizado apresenta maior regularidade quanto ao uso da concordância determinante plural + nome singular, embora, também, use a regra tradicional.

(Falcão1)

Bill: vale a pena?

Rogerinho: Pelo um lado, vale a pena, por outro, é meio sinistro. Tem hora que tu passa *uns perrengue* sinistro.

Das entrevistas analisadas, a de Adriano é a que oferece alguns casos especiais. Por exemplo, o uso de determinante singular com nome plural, o que, *a priori*, considerariamos agramatical e de impossível atualização, mas é o que se vê (ouve) no seguinte trecho:

(Guerra1)

E: a boca:: tem lucro hoje em dia?

A: ah:: é aquele pá... é aquele negócio... a cocaína ela é comprada como se fosse um investimento né? ninguém hoje em dia joga pra perdê... se eu comprá um relógio ali por cem reau ah: um ano depois eu posso vendê ele por cento e vinte é o que acontece... o tráfico... investe o dinheiro que dê *a condições* de pagar a quem trabalha né? e tem a pessoa também que ganha alguma coisa em cima

Adriano usa mais de uma vez essa concordância com o substantivo *condições* que, pelo que se pode deduzir, a palavra parece ter-se cristalizado (para ele) no plural, em decorrência de expressões como “sem condições”, “ela não tem condições” etc.

Como caso de agramaticalidade, vimos outro exemplo, em trecho já apresentado, quando o falante realizou um sintagma em que aparecem encadeados pela preposição *por*, em contração com o primeiro, dois artigos, *o + um*: “*Pelo um lado, vale a pena, por outro, é meio sinistro.*”.

## 2. Economia de marcas no sintagma verbal

A conjugação verbal corresponde, predominantemente, a um paradigma de duas formas, uma para a primeira pessoa e outra para as demais. Ocorrem, todavia, outros dois paradigmas, tanto na fala dos analfabetos quanto na dos alfabetizados, de níveis variados. Todos, porém, usam o primeiro paradigma.

1º paradigma	2º paradigma	3º paradigma
Eu            vendo Tu            } Ele            } vende Você        } Nós            } A gente      } vendemos Eles            } Vocês        } vendem	Eu            vendo Tu            } Ele            } vende Você        } Nós            } A gente      } Eles            } Vocês        } vendem	Eu            vendo Tu            } Ele            } vende Você        } Nós            } A gente      } Eles            } Vocês        } vende

A primeira pessoa do plural, quando é realizada, tanto pode vir na forma tradicional quanto na variante sem o –s final. A predominância, contudo, para dizer a primeira do plural é a forma *a gente* que, como o *nós*, pode ou se referir apenas ao falante, ou a ele e os outros. Os exemplos abaixo ilustram os casos:

a. realização da 1ª pessoa do plural na forma tradicional

(Guerra1)

A.: ... tem algumas norma que *nóis* aqui né? *botamos* no caso é:: toda vagabundage e::antes dele discuti com algum morador eles têm que vim até mim pa mim passá pa mim vê qual foi o pobrema que teve que se eu deixá por eles né?

(...)

b. realização da 1ª pessoa do plural de formas variantes

E: e aí o que acontece num caso desses?

A: ah... geralmente... por exempo assim... eu tô no morro aqui agora mais aí tem um cara que convive comigo aqui mais daqui a pouco ele é visto numa boca de fumo do nosso inimigo... cumeno e bebemo junto cos cara... então geralmente *a gente* pode achar o quê? esse cara tá de tramação *ca'gente* tá de leva e traz *ca'gente* pô mais *vamo* levantar isso direito:: *a gente pede* algumas pessoas nossas né? pa se infor::mar pa ter alguma dica sobre ele... geralmente às veiz é confirmado que:: ele as veizes fais parte de outra facção... tá aqui pa querer estudá *nóis* pa querer levantá como é que *nóis tomo* vê aonde que *nóis não tem* vigia vê aonde que é um ponto fraco que eles pode entrar... então esses cara assim... *a gente* corta o mal pela raiz... num *podemo deixar* viver porque senão eles trais pobrema à toa pa gente tá bom depois *a gente perde* a nossa vida por eles mes::mo e é:: naquela de confiança de achar que é uma boa pessoa mais por trás daquela boa pessoa ali ele tem uma totalmente outra image

(...)

A.: (...) as vezes recorre até *nóis* porque sabe que sem dúvida nenhuma *a gente vamo* ajudá

O falante alterna, à vontade, a realização da conjugação da primeira pessoa: primeiro, usando a concordância tradicional, suprimindo o –s final do sufixo número pessoal, mas sem alterar o radical do verbo (*vamo*); depois, usando a concordância tradicional, também suprimindo o –s do sufixo verbal, mas alterando o radical do verbo (*tomo* por *estamos*); por último, variando a concordância tradicional, pelo cruzamento do pronome de primeira com o verbo de terceira pessoa do singular (*nóis não tem*). Além disso, ocorre também o cruzamento da forma *a gente* com o verbo em primeira pessoa (*a gente vamo*).

b. realização de *a gente* (eu) e *a gente* (nós)

(Falcão7)

Bill: Por que tu tá nessa?

De verde: Pô tô aqui porque a sociedade aí fora não dá nenhum meio de vida pra gente aí fora. Se *a gente quer* procurar um trabalho, é difícil. Até pra procurar uma escola é difícil, *a gente não tem* escolha pra nada. Então, eu tô aí, mano, como cê tá vendo, nesse ambiente aqui, que chega até a ser desagradável. Eu não sou bandido não, eu tô aqui porque eu preciso, certo, ajudar dentro de casa, porque eu não quero ver minha coroa sofrendo. Então, pô, quer comprar um gás, o gás já é trinta e poucos real, então o governo não dá meios de vida pra *nós* aí fora. Então tô aqui pra tu ver, tem uns manos aí que trocam tiros com os home aí fora. *A gente tá aqui só pra trabalhar*. Aqui é trabalhador comum, é civil comum. Gente que luta pra sobreviver.

Nesse trecho, é possível interpretar o último *a gente* como forma correspondente a *eu*, porque o falante vem fazendo uma exposição sobre a sua situação pessoal como trabalhador no empacotamento de droga (na “endolação”). Os demais referem-se às pessoas em geral que, como ele, têm dificuldade de conseguir participar normalmente da vida social brasileira.

c. realização de concordância tradicional de terceira pessoa do plural

(Falcão1)

Celso: O que é isso?

Cara: Quebrar o arrego? É *a gente* dar dinheiro pra eles e *eles entrarem* na favela. *A gente dá* dinheiro pra eles pra *eles não entrarem*, mas *eles entram* na favela.

Pelo que se pode verificar, a conjugação tradicional da terceira pessoa do plural no presente do indicativo é mais difícil de ser realizada pelos falantes analfabetos que a terceira do pretérito perfeito, que aparece com o sufixo modo temporal e número pessoal alterado de *-rão* para *-ro*. Quando o falante tem algum nível de escolaridade, a variação é maior, como se vê nos trechos a seguir apresentados:

(Falcão2)

Celso: Como é com as outras facções:

Falcão: *Eles são errados, eles querem* acharcar os moradores, cobrar pedágio. Isso é errado. Isso não é forma que *nós age* não. *Nós age* na pureza. Primeiramente, tem que respeitar os moradores. Amar a Jesus Cristo acima de tudo. E tem que honrar

nossas famílias. Da forma que *eles agem*, eu nem sei da forma que *eles agem* com a família deles. Mas *eles são* errados. *Age* de uma forma diferente, de forma errada que *nós não age*. E que *nós não gosta*.

Esse informante, de nível de escolaridade não declarada, de 22 anos, tem uma linguagem variada, em que aparecem estruturas tradicionais e alternativas um pouco mais equilibradamente que outros declaradamente analfabetos. Isso pode nos fazer pensar que tenha algum nível de escolaridade. A quantidade de concordâncias tradicionais em terceira pessoa do plural, como se vê no trecho acima transcrito, por exemplo, é um diferencial. Ao mesmo tempo, contudo que realiza esse tipo de concordância, realiza outros discordantes, o que caracteriza a norma popular

d. realização da segunda pessoa do singular com os pronomes *tu* e *você*

Paredes (2003) tentou comprovar a volta e, portanto, a existência e o vigor da forma de tratamento pelo pronome *tu* na fala carioca, mas encontrou problemas. Nos *corpora* investigados, primeiro gravações do PEUL, depois gravações de conversas de colegas professores universitários em situação de informalidade, depois conversas de alunos em diversas situações de comunicação e, por último, gravações secretas familiares, não obteve pleno êxito. Chegou à conclusão que, embora se possa sentir a presença desse tipo de tratamento, pois está divulgado em anúncios publicitários e em outros tipos de textos, é difícil captá-lo na fala espontânea. Talvez porque, diz a autora, o pronome seja usado numa estrutura em que há a “perda da concordância verbal padrão” e, por isso, é estigmatizado, não foi possível apreendê-lo nos registros que encontrou gravados, ou gravou.

Paredes intuiu a razão de não encontrar o pronome, mas não percebeu por que ele é presente e ao mesmo tempo ausente onde ela o procurou. Está presente porque a fala do morro é muito “ouvida” no Rio de Janeiro, é presente, e está ausente porque, como ela percebeu, é socialmente marcada. É a fala do morro: do bandido e do pobre. Dentre poucos exemplos que a autora reproduz, apenas quatro (um *slogan* de uma rádio, uma pergunta de um aluno da Faculdade de Letras, um pedido de uma atendente, ao telefone), um é de um manobrista...

No *corpus* sobre o qual trabalhamos, ao contrário, esse pronome é largamente utilizado e concorre, talvez com vantagem (seria preciso fazer uma análise quantitativa para verificar), com o *você*. Vejamos alguns exemplos:

(Falcão1)

Celso: Você tava ali falando de “teto preto”... o que é “teto preto”?

Cara: Teto preto? Tipo *tu* vai fumar uma maconha, vai fumar outra, uma atrás da outra, porra, tipo assim, *tua* vista escurece, *tu* desmaia, *tu* fica uma hora desacordado, meia hora desacordado, é a droga que faz isso. Pô, *tu* cheira, cheira, *tua* língua, *teu* olho vira, *tu* começa a *se* tremer. Vem pra garganta aqui, já vem sufocando *você*, *tu* morre. Se não vier ninguém pra *te* socorrer, *tu* morre.

Esse trecho é ilustrativo. A alta frequência de uso do pronome *tu*, a alternância dele com o *você* e a combinação *tu* / *tua* / *te* / *se* mostram um pouco das possibilidades de seu emprego na fala popular.

O pronome aparece também nas perguntas dos entrevistadores que, embora originários dos morros, são pessoas que já alcançaram outro nível sociocultural e algum prestígio social. Mas não abandonaram muitos de seus hábitos lingüísticos, o que se vê na fala direta das entrevistas, nas perguntas, e, também, nas narrativas e nos comentários que cada um faz sobre as histórias que compõem o documentário. Vejamos alguns exemplos:

Celso: Quem é *tua* família?

Bill: O que *tu* faz?

Bill: Há quanto tempo tu tá aqui nesse caô?

(Falcão6)

Celso: E aí menor, tu faz o que aqui na linha do trem?

Menor: Estudo...

Celso: Sempre te vejo envolvido com os caras...

Mas isso não é sistemático, muitas perguntas são com o pronome *você* e a resposta com *tu* ou *você*, indiferentemente. Vejamos mais um exemplo:

(Falcão8)

Bill: Você tentou trabalhar:

Betinho: Eu tomava conta de carro na Freguesia, passava noite lá tomando conta de carro. Fui muito humilhado. Aí, pô, eu falei, meu Deus do céu, que vida é essa minha? Vou ser sempre humilhado? Nego jogando comida na minha cara! Às vezes eu dormia na rua, nego me chutava. Aí falei: vou entrar pro crime. Comecei a pegar umas carguinha. *Tu* começa de baixo. Aí, depois, pô, comecei a passar umas carga. Aí me chamaram prum assalto, eu gostei, 155, meter caxanga. Aí depois passei pro 157, assalto a mão armada. Quer dizer, *tu* vai indo, vai evoluindo mais ainda, que *tu* começa a assaltar assim, depois *tu* sempre quer mais. Aí caí pro crime.

### III. Aspectos do léxico

O léxico dessas entrevistas é misto: tem características específicas da linguagem do tráfico, a gíria usada pelos traficantes para despistar a polícia, mas há também termos chulos de uso corrente e termos da linguagem comum. Alguns trechos ilustram muito bem essa situação:

(Falcão4)

Celso: O que é com e sem lucro?

Menor: Lucro é porque você vai ganhar a mais, você vai vender seis *carga* de pó e uma de *maconha*, seis carga cada uma é um lucro de um *galo*.

Celso: O que é carga?

Menor: É aquele saquinho que a gente vende a *cocaína*.

(...)

Celso: (*pro outro menino*) O que você faz?

Menor3: Eu *fortaleço os amigo* da minha forma, e eles *fortalece* da forma deles.

Celso: Como é o fortalecimento?

Menor3: Depende de uma coisa, de um dinheiro para comprar um chinelo, aí *fortalece*, eu *fortaleço*. Se precisar de uma ajuda para comprar um negócio, eu vou. Fazer um favor.

Linguagem chula, palavras de baixo calão, mas de circulação geral:

(Falcão3)

Bill: Qual é a pior parte pra você?

Rogerinho: Pô, isso aí mesmo. A gente não dorme direito, *porra*. A boca fecha às seis horas, abre meio-dia, a gente não dorme direito, é sinistro. Os cana pegam, os cana machucam pra *caralho*. É *foda*. E a vida vai levando. Não pode errar com os amigo, cagüetar.

Outro ponto a destacar é que não houve ocorrência de falta de adequação vocabular. Alguns itens empregados por outros, por exemplo *onde* por *quando*, por *que*, ou por *por isso* (“A.: (...) Deus... mais saber que ele existe porque atendeu o meu pedido também *onde* [=por isso] que eu tô vivo aqui até hoje...”) não são marcas da norma popular, pois já fazem parte da linguagem comum. Pelo que se percebe, o *onde* sofreu um esvaziamento de seu sentido locativo e adquiriu a possibilidade de ser semanticamente preenchido em diversos contextos.

### III. Estratégias discursivas

Embora precário sob o ponto de vista da estruturação lingüística, o texto popular organiza-se, discursivamente, de modo coerente. O falante não tem possibilidade de fazer muitas escolhas no âmbito do léxico e da gramática, mas com os poucos recursos de que dispõe, consegue desenvolver seu raciocínio. Observemos dois exemplos disso:

(Guerra1)

E: o que vocês fazem pra comunidade?

A: → **opinião** [ah... pa comunidade a gente:: supre aquela necessidade que as veiz elas precisa né?]

→ **argumento e nova opinião** [porque nem todo mundo mesmo no morro tem uma condições de vida né? de receber um salário legal...]

→ **argumento no 1** [primero... *primero* porque o salário hoje em dia né? todo mundo vê aí que num tem condição de vida nenhuma um rapaiz que tem quatro filho dentro de casa vivê pa ganha cento e doze reais todo mundo já sabe que num dá pa vivê mes::mo]

→ **argumento 2** [*segundo*.... é que minha família hoje em dia... ela pouco ou ruim... mais ela ainda pode ter alguma coisa que eu posso ajudar ela né?]

→ **conclusão** [mas::is tem muito morador no morro que não tem uma condição de vida legal]

Nesse caso, Adriano formula seu raciocínio de modo a defender o tráfico sob dois aspectos, primeiro o do apoio que a organização criminosa oferece aos moradores do morro, fornecendo itens de necessidade básica; depois, expondo o argumento mais forte e mais utilizado pelos traficantes: o de que, pelo crime, as pessoas “melhoram de vida”, porque passam a adquirir bens que jamais conseguiriam adquirir com os baixos salários do trabalho honesto. O argumento dois, que parece deslocado à primeira vista, funciona como um exemplo para reforçar a segunda opinião. No fim, o *mas* funciona como um marcador que tem uma importante força argumentativa de contraste, já que opera no subentendido “embora isso seja verdade, há os que não acreditam e não entram para o crime”.

Outro exemplo:

(Falcão8)

Bill: Você já tirou a vida de alguém:

Betinho: → **Tese-argumento** [Crime, né, irmão?]

→ **Argumento 1** [Pra tu não morrer, tu tem que matar.]

→ **Argumento 2** [Eu nunca tirei vida de ninguém que tivesse rezando, trabalhando, que nunca me fez mal, que eu nunca conhecesse.]

→ **Argumento 3** [Você tem que se defender, porque senão é foda.]

→ **Conclusão** [Pra chorar tua mãe, melhor chorar a dele, né?]

Nesse par pergunta e resposta, vale a pena ressaltar a estratégia do entrevistado. Como a pergunta era comprometedor, difícil, ele não a respondeu abertamente, mas formulou uma pergunta que encerra uma tese e um argumento ao mesmo tempo. Implícita na pergunta está a afirmação “Sim, matei”, mas também o argumento “Mas matar é próprio do crime”. Depois vêm os argumentos que, ao mesmo tempo, sustentam a tese proposta e o absolvem dos crimes que foi “obrigado” a cometer, “em legítima defesa”. Finalmente, formula uma afirmação que é, ao mesmo tempo, um argumento - ainda em benefício da “legítima defesa”, porque no embate do crime um dos dois morrerá - e uma conclusão.

### 3. O discurso culto no popular

A heterogeneidade é própria de todos os discursos e inerente à linguagem. Nos textos que ora examinamos, de origem popular, é audível a voz do discurso culto. Esse é um fato que pode ser explicado de vários modos. Primeiro, porque os falantes de qualquer variedade não têm limites de atuação em grupos e comunidades específicas,

todos circulam por todas as comunidades. Segundo, porque, nas sociedades letradas, há meios de divulgação das diversas normas, especialmente da norma culta.

Além do contato interpessoal, as normas populares são divulgadas por meio de músicas, como rap, *hip hop*, *pagode* e outras, de rádios de frequência restrita, e de inserções de falas populares na mídia em geral. Também, o discurso publicitário aproveita marcas do discurso popular para atingir o público comprador de certos produtos. Filmes são outro meio pelo qual a norma popular tem-se tornado mais conhecida do público em geral. Talvez não seja exagero dizer que hoje, pela facilidade de publicação, há livros que divulgam essa norma.

O livro *Falcão: meninos do tráfico* que contém as entrevistas *corpus* desse trabalho, por exemplo, divulga doses da norma popular, não somente nas entrevistas mas também na fala dos narradores. Vejamos a primeira frase do capítulo inicial, que traz o relato de Celso Athayde: “Eu já tava de culhões cheios de tanto andar pelo Brasil à procura de menores infratores (...)” (p. 13) e, mais adiante “(...) Mas pela expressão dele, vi que ele deveria ter avisado para evitar surpresas desagradáveis. Só que eu é que comecei a ficar puto, pois eu é que devia decidir se queria ir ou não para aquele ambiente. Agora foda-se, já tava... (...)” (p. 17-8).

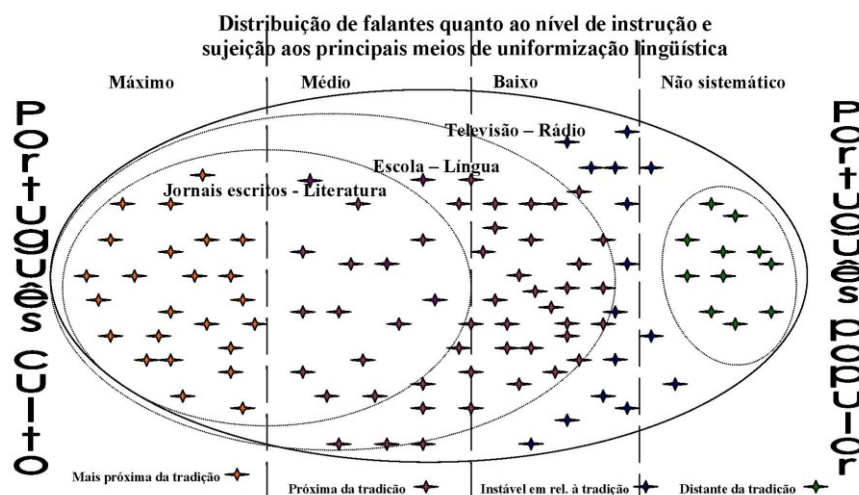
Já a norma culta conta com um *aparato social* e um *aparelho de referência* para sua divulgação (Aléong, 1983). Como aparato social, há um “discurso da norma” que veicula a ideologia da tradição; também, a norma culta é difundida por todos os meios de comunicação e, ainda, conta com espaços especiais para sua divulgação, como a escola. É a norma culta exigida nas correspondências e documentos da administração pública e privada. Como aparelho de referência, a norma culta conta com os instrumentos lingüísticos, gramáticas e dicionários, além de obras que tratam de correção da linguagem. A língua escrita em geral, e especialmente a literária, é divulgadora de padrões cultos. A literatura, todavia, não tem compromisso com a manutenção de padrões normativos, embora, na maioria dos casos, siga a tradição.

Enfim, se, de um lado, a norma culta exerce uma pressão enorme sobre todos os falantes e, por isso, está, em maior ou menor dose, presente nos enunciados, de outro, a norma popular nunca deixou de se fazer presente na linguagem dos brasileiros, desde os primeiros tempos da colonização. A maior pressão da norma popular sobre a culta, hoje, tem duas origens: falta de escolaridade e quantidade de falantes.

O gráfico<sup>1</sup>, estruturado sobre o fator *nível de instrução* dos falantes e sua exposição aos principais meios de comunicação, resume esse problema. De acordo com os dados do IBGE (2003), o Brasil hoje tem 186 milhões de habitantes. Desses, 11% não têm escolaridade, 50% têm baixo nível de instrução, 16% têm nível médio e 23% têm alto nível de instrução. Considera-se, somente como critério objetivo, inferido dos dados do IBGE, como “alto nível de instrução” o percentual de quem tem 11 anos ou mais de escolaridade. Na realidade, tempo de escolarização não é, no Brasil, garantia de que o sujeito tenha adquirido instrução suficiente para ser considerado de “alto nível”. De qualquer modo, pode ser considerado pelo menos de nível médio, em escala interna que pode variar de baixo a alto.

Partindo dessas informações, projetamos uma representação da situação da população em relação ao conhecimento da tradição lingüística. No gráfico, as estrelas coloridas representam, percentualmente, os falantes, numa escala em que cada uma representa um milhão de falantes.

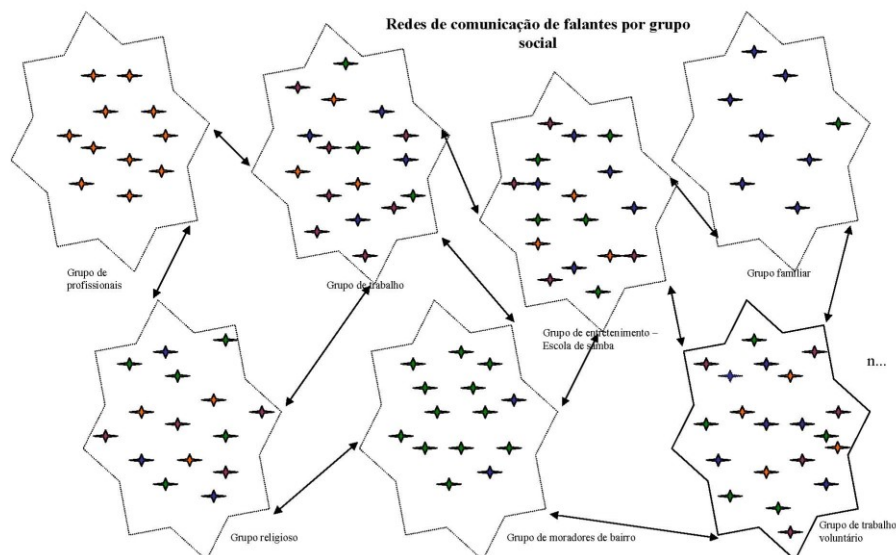




O gráfico dois é uma representação das *redes de comunicação* pelas quais os falantes, de todos os níveis de escolarização e conhecimento, interagem. Nesse processo, ocorrem os contatos lingüísticos e a hibridização da norma. Por isso, não podemos aceitar a idéia de que as normas, culta e popular, sejam estanques, ao contrário elas têm vasos comunicantes e formam um *continuum* lingüístico. Essa é uma fonte de renovação, variação e mudanças lingüísticas.

As redes de comunicação, no gráfico, espelhadas em estrelas representam os grupos, ou comunidades lingüísticas. Esses têm formação variada e se transformam a cada momento, como uma figura em calidoscópico, a depender da movimentação dos falantes. Em determinadas situações, pode haver grupos homogêneos, sob o ponto de vista da formação educacional dos informantes, por exemplo, como o de uma reunião de profissionais. Também pode haver níveis de heterogeneidade nos grupos, por exemplo, o grupo familiar, que pode ser constituído por membros de mesmo nível cultural, mas pode ter a ele integrado um empregado doméstico, de nível um pouco, ou muito mais baixo, que convive diariamente com a família. Os grupos profissionais, em geral, são heterogêneos, pois formados de funcionários de todos os níveis culturais (chefes, secretárias, serventes etc.). Os grupos sociais mais abertos, como os de entretenimento, os de conhecidos que se encontram em bares, os de grupos de bailes, os de grupos de escola de samba etc., em geral agregam falantes de todos os níveis de escolaridade. Além disso, os encontros e conversas casuais, em filas de padarias e supermercados, em pontos de ônibus, em hospitais públicos também funcionam como trocas, como contatos lingüísticos que permitem aos falantes ouvir e, se possível, avaliar o que foi ouvido. A assimilação de padrões, de uns por outros, é inconsciente. Labov (2001) trata da adoção de novos padrões por falantes de uma dada comunidade a partir do ponto de vista do “prestígio” que determinado membro da comunidade lingüísticas pode ter sobre ou

outros, mas a assimilação de padrões dá-se também por outros meios. Vejamos o gráfico:



As setas representam os “vasos comunicantes, ou seja, indicam que os falantes dos diversos grupos migram de uns para outros, em decorrência da mobilidade social, no exercício dos diversos papéis sociais que exercem. Assim, aquele profissional que, em um momento de sua vida forma um grupo homogêneo com seus pares, em outro, pode integrar um grupo maximamente heterogêneo como o de uma escola de samba e, ainda em outro momento, o do trabalho, e assim sucessivamente. Nessa interação constante, as trocas lingüísticas acontecem e a linguagem se vai misturando, se hibridizando.

Disso resulta, para o que nos interessa em específico, a presença de padrões cultos no discurso popular, como passaremos a exemplificar. Tomemos o caso do discurso de Adriano, que não tem o menor nível de educação formal, e que, como ele mesmo declara, jamais foi à escola.

#### I. Presença de léxico culto

(Guerra1)

E: o que vocês fazem pra comunidade?

A: ah... pa comunidade a gente:: *supre* aquela necessidade que as veiz elas precisa né?

(...)

E: me dá exemplos do tipo de pedidos e reclamações que vêm até você da comunidade.

A: (...) ela pede a gente pa que a gente né? *cede* um dinheiro as veiz pa pode comprar material né? no caso muitas veize telha.

(...)

E: quem paga a escola das crianças dos presos, dos mortos?

A: olha:: muita dos as vezes *falece* um morador no morro (...) de fazer o enterro daquele *ante querido* deles (...)

(...)

E: e qual era a lei que não pode roubar... quais são as outras leis que o morador precisa respeitar?

A: simplesmente num cagüetá a gente né? isso aí eles tem que respeitar a gente que a gente também num prejudica eles (...) é o respeito é *mútuo* entre eles e entre nós agora... tem algumas norma que nós aqui né? botamos

(...)

E: e aí o que acontece num caso desses?

A: ah... geralmente... por exemplo assim... eu tô no morro aqui agora mais aí tem um cara que *convive* comigo aqui mais daqui a pouco ele é visto numa boca de fumo do nosso inimigo...

(...)

E: como é que funciona a divisão de poder?

A: divisão de poder?

E2: é...

A: aí tem um... um um *líder* né? que é o dono... segundo tem os *assessores* dele né? e:: é que passa a ser no caso até como seu braço direito... e outro nome que ganha também é como gerente...

(...)

E: e o dinheiro que você ganha... por exemplo... quanto é que você ganha por semana?

A: pô... aí fica uma *quantidade incalculável* porque:: eu gasto também né? conforme eu vô ganhano vô gastano...

É importante notar que os termos são conscientemente empregados e alguns são até parafraseados. Isso ocorre quanto ao uso de *mútuo*, que o falante explica claramente antes de usar, quando diz que uns têm respeitar os outros, e, depois, com o resumo feito depois do emprego da palavra, “entre eles e entre nós”. O mesmo acontece quando o falante usa o termo *assessores* e, depois, faz a metalinguagem “e outro nome que ganha também é como *gerente*...”.

Ainda para comprovar essa assimilação da voz do discurso culto, observamos o uso de algumas palavras pronunciadas de modo incorreto, o que denuncia ter o falante ouvido a palavra, mas não conseguiu captar bem a sua forma, embora o conteúdo, sim. Como aquela história da frase popular “ouviu o galo cantar, mas não sabe onde”. É o que aconteceu com a expressão “ente querido” que ele pronuncia “ante querido”, como já visto em exemplo acima apresentado. Também é o que acontece com a palavra “angústia”, que ele pronuncia *angusta*, com se pode ver a seguir:

(Guerra1)

(...)

E: como é que é esse Deus que você acredita?

A: ah:: é um Deus que as veiz já me livrou de vários perigo né? de vários momento de *angusta*

Também é o que acontece com o termo *achacar*, empregado por um Falcão:

(Falcão2)

Celso: Como é com as outras facções?

Falcão: Eles são errados, querem *acharcar* os moradores, cobrar pedágio. (...)

Nesse caso, vê-se que a explicação “cobrar pedágio” confirma que o falante tem idéia precisa de que o sentido do termo é “causar aborrecimento, molestar, desagradar.”.

Outro exemplo é o seguinte, do discurso de um (ex-)bandido de alta periculosidade, que cumpria, em regime semi-aberto, uma pena de sessenta e um anos de cadeia. Esse foi o bandido que resgatou de presídio de segurança máxima do Rio de Janeiro, de helicóptero, na década de 90, outro bandido, conhecido pelo apelido de Escadinha. José Carlos Gregório, o Gordo, foi morto em 1999, dois anos depois de ter participado do documentário e ter concedido essa entrevista. Em conversa com o entrevistador, ele disse:

(Guerra2)

E: agora... quando você ouviu falar que... sei lá... o que é do Comando Vermelho... o alemão e do Comando Vermelho... isso quer dizer alguma coisa pra você? Ou eles estão utilizando um nome que...

JC: Não... realmente existe... (...) Parada de Luca é o Alemão... aquele que não se *perfila*... não... não fecha com o Comando Vermelho... não adota a filosofia do dito Comando vermelho...

O falante usa o verbo *perfilar*, usado no meio militar, numa espécie de analogia, de extensão de sentido, alinhar ou estar em paralelo, e mostra conhecer o sentido que atribuiu ao termo, já que fez duas paráfrases para explicá-lo “não fecha” e “não adota a filosofia”. Percebe-se que a estratégia da paráfrase foi adotada para garantir a compreensão do “outro” (do entrevistador e dos espectadores do documentário), que poderiam não entender o que a palavra *perfilar*, naquele caso, significava.

## II. Presença de estruturas gramaticais próprias do discurso culto

Em um exemplo acima apresentado, Adriano emprega a palavra *conforme* como conjunção proporcional, no sentido de *à media que* “eu gasto também né? conforme eu vô ganho vô gastano...”, o que não é comum, dado que o universo de itens gramaticais, do inventário fechado, na norma popular é também reduzido.

A noção de relatividade dos fatos é expressa de modo preciso no discurso de Adriano. Diante da insistência da entrevistadora a respeito do perfil dos frequentadores da “boca”, ele, por não querer, ou mesmo não poder, responder com precisão ao questionamento, sai-se com um “é relativo”. Vejamos a seqüência:

(Guerra1)

E: então... quais... que tipo de profissões têm as pessoas que compram a droga?

A: ah:: muitas dela é pessoas de bem... é... eles vem da crasse pobre da crasse média da crasse alta... *é relativo*... mais a maioria deles tudo da crasse alta né?

(...)

E: quais são as profissões dessas pessoas?

E2: mé::dico?

A: *é relativo* né? é geralmente:: veim até pessoas de alto nível né? que:: na nossa presença mermo né? eles demonstra... mais por traz daquilo ali são outas coisa (...)

E: eles vêm pessoalmente ou eles mandam alguém vir?

A: *é relativo*... quem tem as veize um contato um meio de mandá apanhá... manda apanhá e aqueles que já num tem medo que já né? são acostumado a vim eles mesmo vem

No primeiro trecho, a expressão “é relativo” é uma paráfrase da seqüência de possibilidades que o falante oferece, o que mostra a consciência que tem do sentido da expressão escolhida. No trecho dois, já explicado o sentido, a expressão “pessoas de alto nível” deixa subentender, na relatividade, o leque de profissões das pessoas que freqüentam a “boca”. No último trecho, o relativo, resume as duas opções possíveis de resposta, já oferecidas na pergunta alternativa da entrevistadora. A insistência do entrevistado com a manutenção do conteúdo de sua resposta mostra a segurança que tinha em relação ao que dizia por meio do item lexical escolhido.

Mais um exemplo é o do discurso de Adão, ex-trafficante, rico de presença do discurso culto e do discurso político-social. Para expressar suas opiniões, o falante aprimora a pronúncia, especialmente no início da gravação (minutos depois parece que ele se acostuma com a câmara, e sua pronúncia fica mais relaxada, mais próxima da popular), usa léxico e estruturas gramaticais muito próximas daquelas do discurso culto, como se pode verificar a seguir:

(nesse trecho inicial da gravação não aparece a pergunta do entrevistador)

(Guerra3)

A: pelo que venho vendo/ na minha época [de trafficante, dono de boca] eh:: *o direito que nós tínhamos era assim... quer dizer... muito limitado... não é? certo? então... hoje em dia... com essa reação armada... você vê que:: que:: que as pessoas que dominam o país têm que ceder... têm que dar o direito que nós temos não é? de igualdade porque::/ o que eu ia falar é o seguinte... essa guerra armada é até inconsciente... você sabe que eles usam a arma mas eles não têm uma mentalidade eh... social a mentalidade deles é essa... “isso aqui é meu” e:: “tô vendo meu tráfico aqui tô ganhando dinheiro” certo? (...) então toda essa arma que fica aqui é pra protegê a droga... não é nem assim... sabe? por exigir condições melhores e a justiça social sabe? quer dizer... eu acho que isso não leva a lugar nenhum (...)*

Primeiro, chama a atenção a concordância verbal e nominal que o falante realiza: *nós tínhamos; as pessoas que dominam esse país; o direito que nós temos; eles usam as armas*. Depois, a articulação das idéias na aparente desarticulação do texto. O falante tem consciência do que quer deixar registrado como seu conceito acerca do problema social do Brasil (a desigualdade social); por isso, quando começa a perceber que as palavras vão indo longe do que ele tem a dizer, interrompe o fluxo verbal e diz “o que eu ia dizer é o seguinte”, e refaz o texto para dizer, eufemicamente, mas diz, que as armas estão nas mãos dos traficantes, mas eles não têm consciência de que poderiam usá-la para fazer uma revolução social. Nesse caso, é perceptível que, além da estrutura linguística culta, existe um discurso, uma ideologia que o falante defende.

Não temos condições de resgatar a história de Adão Kalembarandã no âmbito do documentário. Apenas podemos, pelo contexto em que ele e sua família aparecem, dizer que participou da vida do crime e que, na ocasião da gravação do filme, 1997, tinha

família constituída, mulher e duas filhas, também participantes da filmagem. O local em que habita, um barraco da favela, é paupérrimo.

Não é possível dizer como Adão adquiriu esse discurso e essa linguagem diferentes, no particular, dos de seus pares. A gravação de dezoito minutos permitiu, também, ver a semelhança de sua linguagem com a de todos da favela, no que diz respeito a outros aspectos especificamente lingüísticos, como algumas concordâncias nominais e verbais, além da adoção da pronúncia de certas expressões (os puliça, os home etc.).

### **Considerações finais**

Se se partir da premissa de que o português do Brasil é mais resultante de normas populares (a dos portugueses colonizadores das baixas classes socioculturais portuguesas e dos aloglotas que aprendiam essas normas como superestrato) do que de normas cultas, e de que a situação educacional do país sempre foi deficiente (durante quatro séculos inexistente, depois insuficiente, hoje deficiente) não será difícil entender porque a norma popular exerce tão importante força sobre a norma culta. Não obstante isso, a força inversa também se faz sentir e a norma culta avança sobre a popular a partir de diversos canais.

Numa reflexão ligeira e, talvez, ingênua, poderíamos admitir que a maior influência da linguagem culta sobre a popular fosse pelo intercâmbio direto dos falantes. Isso, contudo, num panorama geral, não parece ser verdadeiro porque tais contatos são localizados e, se analisarmos a formação dos grupos sociais de que os falantes cultos fazem parte, na maioria deles, os falantes da norma popular aparecem em menor escala. Pensemos na família em que esses são minoria; ou nos grupos de trabalho nos quais esses, teoricamente, são os serventes, portanto, minoria; pensemos nos grupos de trabalho voluntário das classes economicamente mais altas em que são minoria os das baixas, e assim sucessivamente. Agora, pensemos nos grupos em que os falantes da norma popular predominam, e veremos que, inversamente, são os da norma culta que escasseiam: os grupos das escolas públicas das periferias urbanas em que, não raro, os falantes da norma culta são os professores; os de associações e sindicatos em que, não raro, há um líder praticante da norma culta, porque mais politicamente engajado; pensemos nos grupos de mutirão e trabalho voluntário popular dos quais fazem parte poucos voluntários de classe social mais elevada e que, em tese, são praticantes da norma culta.

Na realidade de hoje, são, preponderantemente, os meios de comunicação de massa os divulgadores de norma. Como predomina o falar culto nas apresentações, esse se hibridiza mais fortemente na fala popular. O contrário também ocorre, porque aspectos da fala popular são aproveitados pelo discurso da mídia em geral, seja em programas regulares, para criar o efeito de realidade, naturalidade e proximidade com o espectador, seja em discursos publicitários que visam a alcançar e atingir diretamente seu público alvo. Nesse caso, o público é formado por pessoas de menor nível instrução, falantes da norma popular (ou das normas populares), como é comprovado por meio de pesquisas estatísticas.

O resultado de tudo isso é o português do Brasil, cuja norma culta é sabidamente recheada de pitadas de popularismos e, ao contrário, como procuramos mostrar alguns

aspectos, cuja norma popular possui também aspectos da culta. Observa-se, contudo, que esse quadro é mais complexo do que parece, porque internamente às normas cultas e populares há diferentes níveis de realização, a depender dos níveis de instrução dos falantes. Pelo que se pode perceber, não é possível estabelecerem-se padrões: tudo depende de aspectos culturais e cognitivos dos falantes, o que é, se não impossível, pelo menos difícil de ser mensurado. O certo é que, como dizia Celso Cunha (por Diego Catalán, idéia também adotada Paul Teyssier, 2001, p. 98), a questão da norma brasileira é sociocultural. O *continuum* vertical de normas, proporcionado pelo intercâmbio lingüístico é uma verdade difícil de ser representada, concretizada, mas é real. Portanto, falemos de normas cultas e de normas populares, já que o singular, nesse caso, não existe.

### Referências bibliográficas

ALÉONG, Stanley. Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique. In: BEDARD, Edith et MAURIS, Jacques. *La norme linguistique*. Paris / Conseil de La Langue Française : Éditions le Robert, s.d.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso ( 1976). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Padrão. [1ª ed., em inglês, 1972]

CAMARA JR., Joaquim Mattoso \_\_\_\_\_. (1972) Os estudos de português no Brasil. In: *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.* Sel. E introd. de Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro : FGV. p. 197-232

CAMARA JR., Joaquim Mattoso \_\_\_\_\_. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.* Sel. E introd. de Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro : FGV. 71-87

CUNHA, Celso (1986) *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 9. ed. atual. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro. [1ª ed. 1968]

\_\_\_\_\_. (1976) *Uma política do idioma*. 4ª ed. atual. Rio de Janeiro : tempo Brasileiro. [1ª ed. 1964]

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX (2003). IBGE

FREYRE, Gilberto (1987) *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro : José Olympio. [1ª. ed. 1933]

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1994) . *Caminhos e fronteiras*. São Paulo : Companhia das Letras. [1ª ed. 1957]

\_\_\_\_\_. (1995). *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo : Companhia das Letras. [1ª. ed. 1936]

HOUAISS, Antônio (1960). *Sugestões para uma política do idioma*. Rio de Janeiro : INL.

\_\_\_\_\_. *O português no Brasil*. (1985) Rio de Janeiro : UNIBRADE.

LABOV, William. Principles of linguistic change – social factors. Massachusetts/Oxford : Blackwell, 2001.

PINTO, Edith Pimentel (1978). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1-1820/1920 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP.

\_\_\_\_\_. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP.

PRETI, Dino (1994). *Sociolinguística: os níveis de fala*. 7ed. São Paulo : EDUSP. [1972]

\_\_\_\_\_. (1997) . A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: \_\_\_\_\_. *O discurso oral culto*. São Paulo : Humanitas. P. 17-27.

RÉVAH, I. S. L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI<sup>e</sup> siècle à nos jours. In: ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura. p. 387-402.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo : Loyola.

\_\_\_\_\_. (1996). *As línguas sul-americanas*. Disponível em [www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ\\_002.html](http://www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_002.html)

\_\_\_\_\_. (s.d.). *A originalidade das línguas indígenas brasileiras*. Disponível em [www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ\\_001.html](http://www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_001.html)

SILVA NETO, Serafim da (1960). *A língua portuguesa no Brasil - problemas*. Rio de Janeiro : Acadêmica.

\_\_\_\_\_. (1986b). *História da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Presença. [1<sup>a</sup> ed. 1957]

\_\_\_\_\_. (1986a). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro : Presença. [1<sup>a</sup> ed. 1950]

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo : Parábola.

SILVA, Vera Paredes (2003). O retorno do pronome tu à fala carioca. In: Roncarati, Cláudia; Abraçado, Jussara (orgs.). *Português brasileiro*. Rio de Janeiro : 7Letras.

TEYSSIER, Paul (2001). *História da língua portuguesa no Brasil*. Tradução do francês por Celso Cunha. 2. ed. São Paulo : Martins Fontes. [1980]

TOLEDO, Roberto Pompeu de (2003) *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro : Objetiva.

VERÍSSIMO, José (1912). *História da literatura brasileira*. Versão em PDF, disponível em [www.bn.pt](http://www.bn.pt)

## Fontes

BILL, MV; ATHAYDE, Celso (2006). *Falcão: meninos do tráfico*. São Paulo : Objetiva.



*COUTINHO, Eduardo. Santa Marta: duas semanas no morro. In: LUND, Katia; SALLES, João Moreira (1998-99). Notícias de uma guerra particular. Documentário em DVD. Coleção Videofilmes 03.*

LUND, Katia; SALLES, João Moreira (1998-99). *Notícias de uma guerra particular*. Documentário em DVD. Coleção Videofilmes 03.